

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 – CAE

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para discorrer e discutir sobre a política de preços de combustíveis no Brasil e seus impactos sobre a economia.

Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto:

- Senhora **Magda Maria de Regina Chambriard** – Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo - ANP.

- Senhor **João Roberto Rodrigues** – Ex-Ministro de Estado da Agricultura e Presidente da Academia Nacional de Agricultura;

- Senhor **Mailson Ferreira da Nobrega** – Ex-Ministro da Fazenda e Sócio-diretor da Tendências Consultoria;

- Senhor **Luiz Guilherme Schymura de Oliveira** – Presidente do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE.

JUSTIFICATIVA

São crescentes as evidências negativas e as críticas de que a atual política de preços de combustíveis e derivados praticada pelo governo federal tem trazido grandes prejuízos para a Empresa, para o próprio governo, e para a economia brasileira.

Segundo estudos recentemente divulgados, a economia brasileira perdeu mais com a política de controle de preços dos combustíveis do que se a Petrobras tivesse sido contemplada com os reajustes devidos nos momentos certos. Destaco estudos realizados pela Tendências Consultoria e pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e que foram comentados pelos meios de comunicação.

Isso ocorre porque o governo tem utilizado a contenção dos preços dos combustíveis como instrumento de controle da inflação. Segundo cálculos divulgados em alguns desses estudos, em dezembro de 2013, a defasagem de preço da gasolina doméstica foi de 23,6%, já incorporados reajustes dados ao longo do ano. Se a defasagem fosse corrigida, a inflação teria fechado o ano acima de 6,5%, teto da meta de inflação, e não em 5,9% (IPCA).

Acontece que essa política tem um custo pesado não apenas para a Empresa e seus acionistas. O governo teria arrecadado mais tributos (IR e CSLL, por exemplo) se os preços tivessem sido adequadamente reajustados e se não tivesse havido a redução para zero da alíquota da Cide. Com arrecadação menor no Imposto de Renda e na Cide também há menos repasses de recursos para estados e municípios.

Ao subsidiar a gasolina, o governo ainda criou uma crise generalizada no setor de álcool. Os efeitos apareceram quando as vendas caíram 19%, entre 2008 e 2013, com perda de tributos não estimada, mas presumivelmente relevante. O controle de preços contribuiu para a piora na balança comercial dos combustíveis, com o desestímulo ao etanol, aumentou a demanda pela gasolina importada. Somente o déficit da estatal

foi de US\$ 24,4 bilhões em 2013, o triplo do saldo negativo do ano anterior.

Além disso, com a perda de recursos proveniente da atual política de contenção de preços a Petrobrás, empresa que responde direta ou indiretamente por cerca de 10% dos investimentos produtivos no Brasil, reduz sua capacidade para fazê-los com recursos de caixa, sem ampliar excessivamente seu endividamento. São conhecidos os problemas de caixa da empresa e sua excessiva alavancagem para garantir o programa de investimentos. A Empresa sofreu rebaixamentos na sua classificação, o que encarece o custo de carregamento da dívida, e ainda existem riscos concretos de perda do grau de investimento que foi concedido em 2008 por Agências de Classificação de Risco.

Além de reduzir os investimentos realizados pela empresa, a contenção dos preços de combustíveis inviabiliza o investimento privado na área de refino, tão necessário para o Brasil expandir rapidamente sua capacidade de refino e reduzir a dependência externa. Isso se tornará cada vez mais agudo, na medida em que se espera um avanço importante na produção de óleos brutos a partir do Pré-sal.

Recentemente, houve uma tentativa da Petrobrás de propor ao governo uma forma mais automática e transparente de reajustar seus preços internos em razão das oscilações nos preços internacionais e da taxa de câmbio. A discussão, embora preliminar, foi levada a público e o assunto foi descartado diretamente pelo Ministro da Fazenda, que participa do Conselho de Administração da Empresa.

Assim, ao tomar a iniciativa de requerer realização de uma audiência pública para discutir a atual política de preços de combustíveis no Brasil e seus impactos econômicos, procuro espaço para que a discussão seja esclarecedora e construtiva. Portanto, peço aos meus pares nesta Comissão de Assuntos Econômicos seu apoio na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão,

Senador Ricardo Ferraço